

31. A reforma universitária encontra-se em tramitação no Congresso Nacional através do Projeto de Lei que estabelece normas gerais para a educação superior. Tal reforma NÃO dispõe que as instituições de ensino superior:
- a) podem ser classificadas como públicas, comunitárias ou particulares.
  - b) têm como prerrogativa comum a fixação do seu calendário acadêmico e dos currículos dos seus cursos e programas.
  - c) deverão elaborar seus planos de desenvolvimento institucional.
  - d) deverão organizar seus processos seletivos incluindo critérios de admissão por cotas raciais.
32. A autonomia universitária, segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, NÃO assegura às universidades a(s) atribuição(ões) de:
- a) conferir graus, firmar contratos, elaborar e reformar seus estatutos e regimentos.
  - b) estabelecer planos, projetos e programas de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.
  - c) fixar número de vagas, conferir títulos, contratar e dispensar professores conforme critérios estabelecidos por seus colegiados superiores.
  - d) administrar os seus rendimentos, receber subvenções, doações, heranças e firmar contratos, acordos e convênios.
33. Considerando a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é CORRETO afirmar que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES):
- a) tem por finalidade a avaliação dos estudantes e cursos de graduação e pós-graduação através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).
  - b) inclui o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante a sua situação regular com relação a essa obrigação.
  - c) institui a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) com a finalidade de organizar
  - d) a auto-avaliação institucional nas instituições federais de ensino superior.
  - e) prevê a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o objetivo de organizar, operacionalizar e
  - f) divulgar a avaliação dos estudantes e cursos de graduação e pós-graduação.
34. O documento da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) intitulado Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior afirma que:
- I. cabe às próprias instituições gerar um modelo institucional nos termos de sua missão e, a partir dele, avaliar a instituição real.
  - II. a avaliação das instituições deve considerar quatro níveis: o declaratório, o normativo, o da organização e o dos resultados.
  - III. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) não é um órgão da administração, mas de representação acadêmica.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.

35. Segundo o documento intitulado Censo da Educação Superior 2004: resumo técnico, publicado pelo INEP em 2005, é CORRETO afirmar sobre a educação superior no Brasil:
- As matrículas nos cursos noturnos representam mais da metade do total de matrículas e são em maior número nas instituições privadas.
  - As regiões Sudeste e Centro-Oeste foram as que apresentaram o maior crescimento no número de matrículas entre os anos de 1994 e 2004.
  - As regiões Centro-Oeste e Norte são as que têm as maiores taxas de escolarização bruta do país.
  - Pedagogia, Direito e Economia estão entre os dez maiores cursos por número de matrículas e concluintes.
36. José Dias Sobrinho, no livro intitulado Avaliação da Educação Superior (2000), afirma que a avaliação institucional:
- não é a soma de pequenas análises isoladas, justapostas de forma episódica e pontual, mas uma ação que engloba a universidade em todas as suas dimensões, relações, processos e sujeitos.
  - deve servir para comparar realidades diferentes, evidenciando as potencialidades de cada instituição e funcionando como um organizador social das instituições.
  - deve ter como princípio a globalidade e como objetivo a qualidade, funcionando como um processo pedagógico permanente que permita uma visão de conjunto da instituição.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- I.
  - I e II.
  - II e III.
  - III.
37. O livro organizado por Maria do Carmo de Lacerda Peixoto, intitulado Universidade e Democracia: experiências e alternativas para ampliação do acesso à universidade pública brasileira, apresenta casos de algumas instituições que implementaram estratégias de democratização do acesso ao ensino superior, dentre eles o caso da Universidade de São Paulo (USP). Esta instituição, para ampliar o acesso dos estudantes aos seus cursos de graduação, adotou, dentre outras, as seguintes estratégias:
- implantou o sistema de cotas para estudantes de escolas públicas na proporção de 40% das suas vagas, isentou parcialmente da taxa de inscrição no vestibular os candidatos provenientes de famílias de baixa renda, modificou o formato dos exames excluindo a prova de língua estrangeira do vestibular.
  - ampliou o total de vagas nos cursos de formação de professores e noturnos, isentou da taxa de inscrição no vestibular os candidatos portadores de necessidades especiais, modificou o formato dos exames vestibulares introduzindo questões discursivas.
  - implantou o programa especial de formação de professores de 1ª a 4ª séries, ampliou as vagas nos cursos noturnos, isentou da taxa de inscrição no vestibular os detentos da FEBEM, modificou o formato dos exames diminuindo o peso da nota de inglês no vestibular.
  - adotou o sistema de cotas para negros, implantou cursos de educação a distância, criou o exame de transferência para aproveitamento de vagas ociosas, ampliou a oferta de vagas, modificou o formato dos exames priorizando questões relativas à resolução de problemas da vida diária.

38. No livro organizado por Hélijo Trindade, cujo título é Universidade em Ruínas na República dos Professores, Dilvo Ristoff afirma que a universidade brasileira vive uma crise tríplice. Na discussão destas três crises, afirma o autor: “é possível responder a algumas perguntas sobre o propósito da educação superior e sugerir um esboço para uma busca de consenso em torno de como a educação superior deve ser, a que deve dedicar a sua atenção, a quem deve servir, quando, e por quê” (1999, p. 201).
- a) Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma dessas crises referidas pelo autor:
  - b) Crise de modelo.
  - c) Crise de conhecimento.
  - d) Crise financeira.
  - e) Crise de elitismo.
39. O Decreto no 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino superior, NÃO estabelece:
- a) nomeação do Reitor e Vice-Reitor pelo Presidente da República a partir de lista tríplice elaborada pelo colegiado máximo da instituição.
  - b) indicação dos nomes que comporão a lista tríplice entre os docentes portadores, no mínimo, do título de mestre.
  - c) observação de no mínimo setenta por cento de docentes no colégio eleitoral que organiza a lista tríplice para os cargos de Reitor e Vice-Reitor.
  - d) duração de quatro anos para o mandato de Reitor e Vice-Reitor, permitindo-se uma única recondução.
40. Luiz Antônio Cunha, no artigo intitulado O Ensino Superior no Octênio FHC (2003), faz um balanço das políticas para a educação superior durante o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Considere as características abaixo, atribuindo S para aquelas que, segundo o autor, correspondem a esse período; e N, para as que não correspondem:

- ( ) Aceleração do processo de privatização.
- ( ) Desconexão entre os projetos de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento científico e tecnológico.
- ( ) Redução das despesas das universidades via compressão dos salários e não-reposição dos quadros efetivos.
- ( ) Deslocamento do foco avaliativo do âmbito individual para o institucional.
- ( ) Extinção dos centros universitários.

A seqüência CORRETA é:

- a) N, S, N, S, S.
- b) N, N, S, N, S.
- c) S, N, N, S, N.
- d) S, S, S, N, N.

41. A revista Educação e Sociedade de outubro de 2004 publicou uma série de artigos sobre a educação superior, dentre eles O acesso à educação superior no Brasil, escrito por José Marcelino de Rezende Pinto. Dentre outras conclusões, o autor afirma nesse artigo que:
- a) a ampliação de vagas na educação superior pelo processo de privatização resultou numa forte elitização no perfil dos estudantes desse nível de ensino.
  - b) o estabelecimento de cotas para ingresso nas universidades é uma estratégia eficiente para democratizar o acesso dos estudantes pobres e negros na educação superior.
  - c) a expansão do acesso à educação superior deve combinar investimento público e privado de forma equilibrada, privilegiando mecanismos de inclusão como o Programa Universidade para Todos (PROUNI).
  - d) a expansão acelerada de vagas na educação superior na última década promoveu um forte desequilíbrio entre oferta e demanda.
42. Sobre a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), instituída pela Lei no 9.678, de 3 de julho de 1998, é CORRETO afirmar que:
- a) gratifica o servidor de acordo com pontuação estabelecida através da avaliação das suas atividades na docência.
  - b) remunera o servidor a partir de sua classificação na carreira e de seu desempenho docente.
  - c) institui mecanismo de avaliação que estabelece vinculação salarial ao desempenho aferido pela chefia imediata do servidor.
  - d) atribui pontuação ao servidor de acordo com as suas atividades exercidas em ensino, pesquisa e extensão.
43. De acordo com o Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior NÃO são competências do(s) seguinte(s) órgão(s):
- a) Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).
  - b) Conselhos Estaduais de Educação e Secretarias de Estado da Educação.
  - c) Conselho Nacional de Educação (CNE).
  - d) Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).
44. As instituições de educação superior, segundo o Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, poderão ser credenciadas como:
- a) faculdades, centros universitários ou universidades.
  - b) faculdades, centros universitários, institutos superiores ou universidades.
  - c) faculdades, institutos superiores ou universidades.
  - d) centros universitários, institutos superiores ou universidades.
45. Conforme a Portaria MEC no 2.051, de 9 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), NÃO é atribuição da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES):
- a) promover a articulação do SINAES com os sistemas estaduais de ensino.
  - b) operacionalizar o processo de avaliação, definindo e divulgando os seus instrumentos e resultados.
  - c) fornecer subsídios ao Ministério da Educação (MEC) para elaboração de políticas de educação superior.
  - d) submeter anualmente ao Ministério da Educação (MEC) a relação dos cursos que participarão do Exame
  - e) Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

46. No documento intitulado Reforma da Educação Superior, o Ministério da Educação (MEC) divulgou, em 2004, algumas das principais propostas para a reformulação da educação superior em processo. Sobre a avaliação, o documento afirma a sua finalidade de:
- comparar instituições, cursos e programas como orientação para a alocação de recursos.
  - possibilitar formulação de políticas para a melhoria de qualidade.
  - estabelecer parâmetros para punição daquelas instituições que fugirem aos critérios mínimos
  - estabelecidos nacionalmente.
  - classificar os cursos visando à distinção entre instituições de ensino e de pesquisa.
47. Sobre a organização da educação superior, a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, NÃO estabelece que:
- o ano letivo terá duzentos dias letivos, excluindo o período de exames finais.
  - as instituições obedecerão ao princípio da gestão democrática.
  - os exames vestibulares são obrigatórios como meio de acesso às instituições de educação superior.
  - os docentes das instituições públicas ficam obrigados a uma carga horária mínima de oito horas semanais de aulas.
48. O Parecer CNE/CP no 9/2001 institui as seguintes diretrizes para a formação dos professores da educação básica, em nível superior, de graduação plena:
- A formação deve garantir conhecimentos da escolaridade básica, articulados com as práticas
  - específicas.
  - A avaliação deve ter como finalidades a orientação do trabalho dos formadores e a autonomia dos
  - futuros professores.
  - A formação deve garantir competências referentes ao comprometimento com a sociedade democrática
  - e à compreensão do papel social da escola.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- I e II, somente.
  - II e III, somente.
  - III, somente.
  - I, II e III.
49. Segundo Luiz Antônio Cunha, no livro intitulado A Universidade Reformada (1988), a reforma universitária de 1968:
- criou a estrutura departamental.
  - organizou o sistema de cátedras.
  - promoveu a expansão das universidades públicas.
  - organizou o currículo básico dos cursos de graduação.
50. O sistema federal de ensino superior, segundo o Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, NÃO compreende: **(Questão anulada)**
- as instituições federais de educação superior.
  - as instituições criadas e mantidas pela iniciativa privada.
  - os órgãos federais de educação superior.
  - as instituições públicas de educação superior.